

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO:
O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

Elci Schroeder Lucachinski
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Brasil
E-mail: elci@uncohapeco.edu.br

Celso Francisco Tondin
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Brasil
E-mail: tondin@unochapeco.edu.br

Rosana Maria Badalotti
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Brasil
E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: Nos últimos anos vem ocorrendo a ampliação de políticas públicas sociais pautadas na diversidade, bem como os estudos sobre elas. Assim, os planos nacionais, conferências, decretos, leis, pactos, dentre outros, têm sido considerados fontes de pesquisas, contribuindo para uma discussão mais abrangente acerca das políticas públicas e sua relação com o Estado, governo, movimentos sociais e educação. Uma dessas políticas colocada em prática por meio de um programa de abrangência nacional é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que objetiva alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Seu principal eixo é a formação continuada de professores alfabetizadores. Este ensaio teórico, em um primeiro momento aborda o conceito de políticas públicas e as relações entre Estado e sociedade civil. Na sequência são tratadas em específico as políticas educacionais e suas implicações na prática pedagógica, considerando a educação como direito social. Por fim, serão relacionados os conceitos abordados a nossa temática de pesquisa, enfatizando a política educacional para a alfabetização colocada em prática por meio de um programa educacional - PNAIC - que visa contribuir para a redução das desigualdades sociais e a prática pedagógica junto aos alunos com deficiência, bem como desafia-nos a conhecer os sentidos atribuídos pelos professores participantes dessa formação à alfabetização de alunos com deficiência.

Palavras-chave: Políticas educacionais. PNAIC. Desigualdades. Alfabetização.

Introdução

Na contemporaneidade existe um movimento mundial em relação às conquistas dos direitos humanos, e com isso percebe-se que a educação como direito social está ganhando cada vez mais destaque nas ações e elaborações de políticas públicas e sociais – em específico as educacionais – a partir de uma concepção de educação que preconiza garantir o acesso à educação e o direito à aprendizagem de toda a diversidade de alunos encontrada nos contextos educativos.

Pensar nessa garantia nos permite considerar que nos últimos anos vem ocorrendo a ampliação de políticas públicas sociais pautadas na diversidade, bem como os estudos sobre elas. Assim, os planos nacionais, conferências, decretos, leis, pactos, dentre outros, têm sido considerados fontes de pesquisas, contribuindo para uma discussão mais abrangente acerca das políticas públicas e sua relação com o Estado, governo, movimentos sociais e educação.

Um dos programas (política educacional para a alfabetização colocada em prática por um programa) é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que objetiva alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Seu principal eixo é a formação continuada de professores alfabetizadores. Assim, torna-se relevante pesquisar um programa de abrangência nacional que pretende contribuir para a redução das desigualdades através da alfabetização/letramento.

O texto está assim estruturado: na próxima parte será abordado o conceito de políticas públicas, em específico as educacionais e suas implicações na prática pedagógica. Para isso, será discutido o de políticas públicas, entendendo as suas relações com o Estado e a sociedade civil.

Em seguida, será discutido sobre políticas públicas e o direito à educação, conceituando direitos sociais, sendo a educação proclamada como o primeiro desses direitos. Seguindo, ressalta-se de qual educação estamos falando articulando com a reflexão sobre os seus limites e perspectivas nas práticas educacionais.

Por fim, será relacionado os conceitos discutidos com a nossa temática de pesquisa, enfatizando o PNAIC como um programa educacional que visa contribuir para a redução das desigualdades escolares e sociais.

Políticas públicas educacionais

Na atualidade, as políticas públicas e sociais, em específico as educacionais, estão sendo planejadas, elaboradas e lançadas a partir de um discurso que preconiza a busca da justiça social por meio da superação das desigualdades sociais através da educação.

A partir desse pressuposto, é fundamental refletir e discutir sobre o conceito de políticas públicas, entendendo as suas relações com o Estado e sociedade civil para depois refletirmos sobre os seus limites e perspectivas nas práticas educacionais.

Quando nos referimos às políticas públicas, não podemos entender o Estado como o detentor da elaboração e efetivação delas, mas compreender de modo mais amplo o conceito de política pública e sua relação com a sociedade civil. De acordo com Amabile (2012, p. 390), políticas públicas são:

[...] decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Estratégia de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam a realidade. São de responsabilidade de autoridade formal legalmente constituída para promovê-las.

Boneti (1997, p. 187) amplia essa definição e faz uma reflexão que entendemos ser de fundamental importância para embasarmos essa discussão. Ele ressalta que após o “[...] fim da Guerra Fria, assim como a globalização da economia, nos leva a construirmos outro entendimento de Estado e Nação. Os tradicionais limites nacionais estão seriamente atingidos pela invasão da universalização das relações sociais e econômicas.” Essas mudanças proporcionaram novas relações entre o Estado e a sociedade civil, provocando outra compreensão de políticas públicas, a qual o autor explicita quando afirma que:

[...] é possível entender como políticas públicas a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade, quer seja ela econômica ou social. Entendemos por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Nesta direção, Tondin (2013, p.30) afirma que as políticas públicas se “[...] traduzem em decisões governamentais, que é o meio pelo qual o Estado

age na direção da sociedade, no sentido de encaminhar demandas e resolver problemas existentes, buscando a transformação da realidade.”

Após as explanações conceituais, cabe ressaltar que as leituras e debates sobre o assunto nos levam a constatar a complexidade das relações entre as políticas e as práticas educacionais nos seus contextos. As políticas públicas nem sempre visam o bem comum da sociedade e a satisfação do interesse de uma coletividade, visto que as relações de poder permeadas por disputas de interesses muitas vezes determinam as ações do Estado e este, por sua vez, torna-se apenas transmissor das decisões resultantes dessas relações.

Também se faz necessário ressaltar a importância da participação da sociedade no planejamento e elaboração das políticas públicas para que seu objetivo seja alcançado, pois é no contexto social que emergem as políticas e, para tanto, a sociedade precisa contribuir para que estas sejam elaboradas e efetivadas de acordo com as necessidades desse contexto. No entanto, precisamos ficar atentos em relação ao papel do Estado na promoção da garantia dos direitos da sociedade, a fim de lutar para que este não delegue as suas responsabilidades para a sociedade.

A partir desses pressupostos, torna-se fundamental discutir a educação como direito social assegurada na Constituição Federal de 1988, a fim de contribuir para a reflexão de que a educação é um direito, mas como é efetivado esse direito na prática? De que educação estamos falando?

Políticas públicas e o direito à educação

Os direitos sociais estão sendo debatidos com maior intensidade na última década e a implementação de políticas públicas se apresenta como um desafio para a efetivação do direito humano fundamental social, que é a educação com qualidade para todos(as). É dessa educação que estamos falando.

Saviani (2013, p. 744) define os direitos sociais a partir de Marshall (1967) referindo que: “[...] os direitos sociais correspondem ao acesso de todos os indivíduos ao nível de bem-estar possibilitado pelo padrão de civilização



vigente.” Na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, a educação foi proclamada como o primeiro dos direitos sociais. “A educação configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos” (SAVIANI, 2013, p. 745). Este mesmo autor entende que a educação como direito se mostra em nosso país como “[...] tardio, elitista e seletiva na sua organização administrativa e pedagógica.” (p. 744).

O autor explica ainda, que devido à sociedade urbano-industrial se basear em normas escritas, faz-se necessário que seus membros tenham acesso à escola para se apropriar do código escrito. Ressalta também, que a escola tornou-se indispensável na “sociedade da informação”, pois as pessoas necessitam transformar essas informações em conhecimentos. Para isso, a escola precisa proporcionar subsídios para que os alunos consigam compreender os fenômenos, estabelecendo relações com o mundo, interpretando, discriminando as informações de forma crítica e consciente.

Conforme Saviani (2013, p. 753), “O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver [...] a universalização do ensino fundamental, com conseqüente erradicação do analfabetismo.” Com o objetivo de sanar esse problema a “Constituição de 1988 previu que, nas suas três instâncias – deveria, pelos dez anos seguintes, destinar 50% do orçamento para essa dupla finalidade. Isso não foi feito.” Desde então, iniciativas foram preconizadas, mas sempre ao esgotar o prazo para sua efetivação, outras eram anunciadas. Assim, percebe-se que historicamente o investimento em/na educação sempre sofreu descaso da parte do poder público.

Sabe-se que legalmente a educação é direito de todos, com igualdade de acesso e condições de permanência. No entanto, na prática percebemos que esse direito foi e ainda é um desafio a ser enfrentado na busca da sua concretização.

Neste sentido, o Estado necessita efetivar através de políticas públicas de educação, uma educação com qualidade a todos os cidadãos. No entanto, o que percebemos é uma divulgação e insistência de que a educação é de responsabilidade de todos, ou seja, a educação como “direito de todos e dever do Estado” passa a ser transferida como obrigação da sociedade civil. Saviani



(2013, p. 754) argumenta que essa transferência aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o apelo ao voluntariado através de um “folheto publicitário distribuído pelo MEC para a Campanha ‘Acorda Brasil. Está na hora da escola’ [...]”. No governo Lula esse papel está sendo desempenhado pelo Movimento ‘Todos pela Educação’.” Esse movimento, de iniciativa do empresariado paulista, visa à melhoria da educação básica mediante a mobilização social, porém Saviani (2013, p. 754) adverte que:

[...] essa tendência do Poder Público em transferir a responsabilidade pela educação para o conjunto da sociedade, guardando para si o poder de regulação e de avaliação das instituições e dos resultados do processo educativo, operou uma inversão no princípio constitucional que considera a educação “direito de todos e dever do Estado”, passando-se a considerar a educação pública como dever de todos e direito do Estado.

Nessa direção, Oliveira (2009, p. 208) questiona a ideia que o compromisso “Todos pela Educação” traz:

A naturalização de políticas que vinculam as capacidades de escolha e ação individual à transformação institucional, traduzida na ideia do estabelecimento do compromisso de todos com a educação, como se os baixos níveis de desempenho fossem resultado da falta de compromisso e não de outras carências, atribui à educação certo voluntarismo que é contrário à noção de direito público assegurado.

Defendemos que o dever da educação não pode ser transferido para a sociedade civil, mas a participação e envolvimento de todos, desde o poder público, gestores, professores, enfim toda a comunidade escolar e sociedade em geral são fundamentais para que as políticas educacionais se efetivem com qualidade.

A partir dessa compreensão, é necessário problematizar acerca dos avanços das políticas educacionais, dos limites e perspectivas para a garantia de uma educação com qualidade socialmente referenciada, sendo direito fundamental e universal para todos. Assim, percebemos como limites o protelamento de políticas educacionais para a efetivação da universalização do



ensino fundamental e o analfabetismo, bem como a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Como avanço, Oliveira (2009) aponta a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, principalmente dos segmentos sociais interessados. Como exemplos, cita a participação das pessoas com deficiência nos cargos de governo, como também nos Conselhos; o diálogo entre governo e sociedade civil, como exemplos, citamos as Conferências Nacionais da Educação, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Conselho da Pessoa com Deficiência; mais oportunidades para as pessoas financeiramente menos favorecidas, de acesso e permanência na educação; a ampliação do Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB).

Contudo, o Plano Desenvolvimento da Educação (PDE) apresenta avanços e limites. A partir da interpretação de Oliveira (2009, p. 206) podemos perceber que o PDE “[...] é apresentado como portador de uma concepção de educação formal pública que é de responsabilidade do Estado, constitui-se da reunião de dezenas de programas independentes desenvolvidos no âmbito do MEC.” A autora avalia que as ações que compõem o PDE “[...] expressam a mesma orientação das políticas descentralizadas, focadas em público alvo específico e implementadas em nível local, tentam resgatar o protagonismo do Estado.” (p. 206).

A partir dos estudos, como os da referida autora, também percebemos uma ambivalência que se revela no PDE. Verificamos que há tentativa de resgate dos direitos e garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988, constituindo-se “[...] em importante referência na condução das políticas. Mas essa é uma questão que merece maior investigação.” (OLIVEIRA, 2019, p. 207).

Utilizando-nos dos escritos de Tondin, (2013, p. 29), perguntamos:

Quando falamos em política sempre nos ocorre a dúvida sobre a possibilidade da construção do bem comum em uma sociedade tão desigual e injusta como a que vivemos no

capitalismo globalizado. Em geral, tem-se que as políticas públicas visam e fazem parte da construção de uma sociedade mais justa e, dessa forma, se elas não levam à igualdade historicamente prometida pelo pensamento liberal burguês, ao menos deveriam minimizar as desigualdades.

Um programa educacional que recentemente se apresenta como uma estratégia para minimizar as desigualdades através da educação é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este programa se apresenta como parte integrante das ações da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação e integra a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR).

PNAIC: reflexões sobre um programa educacional e a sua contribuição para a redução das desigualdades

As discussões e reflexões realizadas até o momento nos possibilitam relacioná-las com nosso projeto de pesquisa, especificamente no que se refere a um programa educacional – o PNAIC – lançado com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais através da alfabetização/letramento.

O discurso proferido pela presidente Dilma Rouseff no lançamento do Pacto ilustra o que foi explanado acima:

Nós sabemos sem sombra de dúvidas que um caminho, do ponto de vista de sua perenidade, mais que outros, tem o poder de assegurar o acesso das pessoas à igualdade de oportunidades: é a educação. Igualdade de oportunidades é uma situação em que, em um país, há garantia para todos os cidadãos de acesso a todas as oportunidades, seja qual for sua origem, gênero ou raça (SOUSA; MEIRA, 2013).

O PNAIC é um acordo formal assumido pelo governo federal, estados e municípios com o objetivo de alfabetizar/letrar todas as crianças, até oito anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental. O principal eixo do Pacto é a formação de professores alfabetizadores, que fazem cursos presenciais com duração de dois anos. No primeiro ano (2013) foi enfatizada a Língua Portuguesa e no segundo (2014) a Matemática.

Contata-se que desde a última década, as políticas educacionais vêm sendo implementadas com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais através da educação, a exemplo do PNAIC. Nesse sentido, Arroyo (2010, p. 1382) ressalta que as políticas educacionais têm concentrado esforços para a superação das desigualdades, sendo que: “Na década de 1990, o destaque passou a ser as desigualdades de acesso e de permanência [...] Mais recentemente, se avança para as desigualdades de aprendizagem, de qualidade dos percursos.” Ainda, o autor refere que as políticas e suas análises são empobrecidas quando se concentram nas “desigualdades intraescolares”, porém “[...] se enriquecem na medida em que avançam na compreensão dos processos históricos de produção-reprodução das desigualdades sociais” (p. 1381).

É nessa direção que pretendemos em nossa pesquisa conhecer e compreender as relações entre a formação continuada proporcionada pelo PNAIC como um programa que visa reduzir as desigualdades sociais e a prática pedagógica junto aos alunos com deficiência. Neste sentido, faz-se necessário ressaltar que dois cadernos que compõem os materiais da formação proporcionada pelo PNAIC contemplam conhecimentos específicos sobre alfabetização/letramento de alunos com deficiência. O primeiro é o caderno denominado "A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva" (BRASIL, 2012c) que tem por objetivo:

Compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula; criar um ambiente alfabetizador, que favoreça a aprendizagem das crianças em espaços comuns; conhecer a importância do uso de jogos e brincadeiras no processo de apropriação do sistema alfabético de escrita, analisando jogos e planejando aulas em que os jogos sejam inclusivos, aplicados como recursos didáticos. (BRASIL, 2012c, p. 5).

O segundo é o caderno de "Educação Inclusiva" (2014) que objetiva:

- Ampliar conhecimentos sobre aspectos legais referentes à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; •

aprofundar conhecimentos sobre encaminhamentos destinados aos alunos que fazem parte do público alvo da Educação Especial; • ampliar conhecimentos sobre espaços de aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. no contexto da inclusão escolar, ou seja, o trabalho da escola comum articulada com o atendimento educacional especializado – AEE; • compreender a importância de um trabalho considerando as diferenças dos alunos com ações voltadas a promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos mesmos; • sugerir práticas pedagógicas de alfabetização matemática para alunos com necessidades específicas.

Desafia-nos a conhecer os sentidos atribuídos pelos professores participantes dessa formação à alfabetização de alunos com deficiência, devido a compreensão de que eles representam de forma peculiar a contradição entre a democratização do acesso à educação escolar e os processos de seleção, exclusão, produção e reprodução de desigualdade escolar pelo sistema educacional.

Partindo desses pressupostos, pode-se considerar que a qualidade da ação educativa na alfabetização, em específico com alunos com deficiência, pode estar atrelada ao sentido que os professores atribuem à formação continuada no âmbito do PNAIC, vislumbrando-a como possibilidade ou não de ressignificar a sua prática junto aos alunos com deficiência, que foram e são considerados como “desiguais” e que assim se mostram quando frequentam um espaço educativo, o qual se define como um espaço para todos.

Neste sentido, buscaremos refletir sobre as desigualdades sociais e escolares problematizando a construção da igualdade social e a “superação das desigualdades” a partir de uma concepção crítica acerca das políticas educacionais.

A partir dos estudos realizados até o momento, pode-se considerar que a formação continuada de professores proporcionada pelo PNAIC é apontada como uma das mais promissoras possibilidades de reverter os índices elevados de analfabetismo, baixo desempenho escolar, configuram-se como uma estratégia para enfrentar o problema da distorção idade-série.

Para isso, as diferenças nos espaços educativos não podem ser transformadas em desigualdades. Como nos ressalta Arroyo (2010), precisamos tomar o cuidado para que os diferentes não sejam tomados como desiguais, por isso, as relações sociais na escola não podem produzir e reproduzir as desigualdades. Ao contrário, através do currículo podem-se desconstruir os processos históricos de produção e reprodução das desigualdades a partir de práticas que possibilitem aos alunos a alfabetização/letramento, considerando suas diferenças e necessidades individuais.

Enfim, acreditamos que a alfabetização/letramento pode ser considerada uma estratégia para contribuir para a redução das desigualdades sociais e escolares, no sentido de que a consideremos como elemento para a transformação da realidade.

Para tanto, os espaços educativos, dentre eles a escola, necessitam desenvolver uma prática pedagógica mediadora da alfabetização como prática social partindo do contexto social, cultural e histórico dos alunos. Porém, percebemos que o sistema educacional e os espaços educativos, da forma com que estão estruturados, encontram dificuldades de trabalhar com a diversidade de alunos, considerando suas diferenças, e, conseqüentemente suas necessidades e expectativas, conforme expusemos acima.

Quando nos referimos à estrutura dos espaços educativos, não podemos nos esquecer que essa permeia as relações sociais e de poder estabelecidas fora dela, como as estruturas políticas, econômicas e sociais que privilegiam um padrão de norma e ordem, e a escola, muitas vezes, reproduz esse padrão através das práticas pedagógicas alfabetizadoras, homogeneizadoras, descaracterizando a diversidade e diferenças nos/dos alunos que têm uma forma peculiar de demonstrar a sua linguagem oral, escrita e corporal.

Diante disso, a desigualdade social e escolar é reproduzida no contexto educacional com práticas que desconsideram as necessidades individuais dos alunos, pois os currículos e metodologias estão de acordo com um padrão de



ensino e aprendizagem que privilegia os alunos que aprendem do mesmo modo e no mesmo tempo.

Desse modo, as diferenças que deveriam ser enriquecedoras do currículo são transformadas e reduzidas, pelos espaços educativos, em desigualdades. As capacidades dos alunos passam a ser avaliadas por provas e outros recursos que visam à seleção e à exclusão, sendo a responsabilidade do fracasso na maioria das vezes direcionada aos alunos e aos seus espaços sociais e culturais e/ou aos professores.

Nesta direção, Arroyo (2011, p. 85) nos ajuda a refletir de forma crítica sobre a desigualdade escolar quando afirma:

Essa redução das desigualdades escolares aos alunos se acentua ao estarem chegando às escolas os(as) filhos(as) dos coletivos populares, os mais desiguais. Das políticas, da gestão e das análises se têm esperado que equacionem as desigualdades dos alunos e apontem mecanismos de sua correção. Nessa visão as desigualdades não são das escolas. Estas são apenas o lócus onde os desiguais se mostram desiguais.

A partir dessa compreensão, o sistema educacional transfere a responsabilidade das desigualdades para os sujeitos e esquece-se de questionar quanto às desigualdades proporcionadas pelas suas próprias estruturas, bem como as sociais, políticas educacionais e econômicas.

Partindo dessa compreensão, é importante considerar que as desigualdades são resultantes de um conjunto de dimensões variáveis intra e extra-escolares. A dimensão intra-escolar envolve as questões político-pedagógicas dos sistemas e unidades escolares, as condições físicas, os recursos pedagógicos, a valorização financeira e cultural dos professores bem como as políticas de acesso, permanência, avaliação, formação de professores, dentre outras; enquanto a extra-escolar envolvendo as macros questões relativas à distribuição de renda, à garantia da educação com qualidade como direito social, o papel do Estado, as políticas educacionais, dentre outras.

Nesse sentido, acreditamos que não é suficiente propor políticas educacionais objetivando a “redução” da desigualdade social, sem que as estruturas sociais, políticas e econômicas sejam reestruturadas para atenderem as necessidades que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (de direitos e deveres) carece.

Considerações finais

Consideramos que as políticas públicas, em específico as educacionais, concretizadas através de programas, como é o caso do PNAIC, devem garantir e efetivar a qualidade no ensino e na aprendizagem de todos os alunos. As políticas educacionais precisam ser concebidas como estratégia para diminuir as desigualdades, porém necessitam estar embasadas na compreensão de que os processos de desigualdades são gerados pela produção e reprodução estabelecida na sociedade, indo além das desigualdades intra-escolares.

Para tanto, acreditamos que é necessário elaborar programas que contemplem a reorganização do sistema de ensino, a mudança na sua estrutura, e não apenas políticas que focalizem o processo de ensino e aprendizagem. O que percebemos na prática, é que muitas políticas educacionais são elaboradas como “meio” de compensar o que as estruturas sociais, econômicas e políticas não dão conta.

Os espaços educativos podem desenvolver, através de suas práticas, a problematização e a conscientização da sociedade de que as desigualdades sociais e também as escolares são geradas pelas estruturas sociais, econômicas e políticas, mas que a educação pode contribuir para diminuir essas desigualdades, a partir de práticas educativas qualificadas que considerem as diversidades e diferenças nos/dos alunos, como estruturante do trabalho pedagógico.

A partir dessa compreensão, precisamos de políticas públicas educacionais que visem às diferenças, no sentido de que todos somos diferentes, mas iguais em direitos. Assim, a construção de uma sociedade menos desigual pressupõe o reconhecimento da diversidade e da diferença no desenvolvimento social, econômico, cultural e político da sociedade. Por isso, a



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

educação com qualidade, como direito social, deve ser garantida para todos e em todos os espaços. Nesta direção indagamos: assegurar o direito à escolarização significa garantir o direito à educação?

Consideramos a partir dos estudos realizados que o PNAIC se constitui como um programa que pretende atender a diversidade cultural na escola, visto que as práticas pedagógicas, fundamentadas nos documentos oficiais do programa, são pautadas na diversidade e nas diferenças, dentre elas os alunos com deficiência.

Por isso, compreendemos a importância da prática da formação continuada de professores, proporcionada pelo PNAIC, estar fundamentada na perspectiva de uma formação cultural e integral. A partir dessa compreensão, acreditamos que os professores irão desenvolver suas práticas educativas fundamentadas na diversidade e nas diferenças, como base estruturante do seu trabalho.

Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa que estamos desenvolvendo é significativa e inovadora para a educação brasileira. Assim, pesquisar um programa ao tempo que está sendo implantado possibilita uma reflexão sobre a realidade, conhecendo-a e compreendendo-a para relacioná-la com a prática pedagógica junto aos alunos com deficiência e, em contrapartida, trazer à tona algumas reflexões para possíveis contribuições a essa política educacional que objetiva a “redução das desigualdades sociais através da alfabetização/letramento”.

Por fim, consideramos que os conceitos discutidos neste trabalho contribuíram de forma significativa para a nossa prática educativa e para continuarmos nossa pesquisa sobre Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a prática pedagógica com alunos com deficiência, posicionando-nos de forma mais crítica perante as políticas públicas educacionais.

Referências

AMABILE, A. de N. In: CASTRO, C. L. de F.; GONTIJO, C. R.; AMABILE, A. de N. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EDUEMG, 2012. 242 p. ISBN 9788562578175. Disponível em:



<<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. Porto Alegre: RBP AE, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BONETI, L. W. (Coord.). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno de Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEB, 2014.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBP AE**, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19491/11317>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, p. 124, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SOUSA, K. W. S. de; MEIRA, V. L. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. 15 abr. 2013. Disponível em: <<http://pedagogiaufcg.blogspot.com.br/2013/04/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

TONDIN, C. F. **Políticas Públicas de Educação para os/as Agricultores/as Familiares: Um Diálogo Entre a Fetraf-Sul/Cut e o Estado**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.